



“REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIA”: APONTAMENTOS SOBRE O JORNAL RIO GRANDE FRENTE AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.

Everton da Silva Otazú.¹

Thiago Cedrez Silva.²

Resumo

O presente trabalho busca discutir as *representações* (CHARTIER, 2002) construídas pelo jornal *Rio Grande*, sobre o governo de João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. Bem como, as críticas realizadas ao governo municipal, que pertencia a mesma legenda partidária do presidente da república. Para isso, analisaremos uma série de reportagens que começam a ser publicadas ainda no ano de 1963 e que ultrapassam o golpe do dia primeiro de abril de 1964. Sendo assim, podemos observar que essas *representações* buscam se fixar no *imaginário social* (BACZKO, 1985) dos leitores, atendendo aos interesses do jornal *Rio Grande*, que desde o início do século XX é um importante formador de opinião na cidade de Rio Grande – RS e arredores. Em contrapartida, iremos abordar alguns indícios de *resistência* (CHAUI, 1986) frente a essa proposta. Deste modo, metodologicamente, pretendemos analisar como o periódico vincula, através de suas reportagens, seus interesses e opiniões diante do governo e as questões locais que emergiam nesse contexto. Por fim, obviamente faremos nossa reflexão baseada na historiografia existente sobre o assunto em tela.

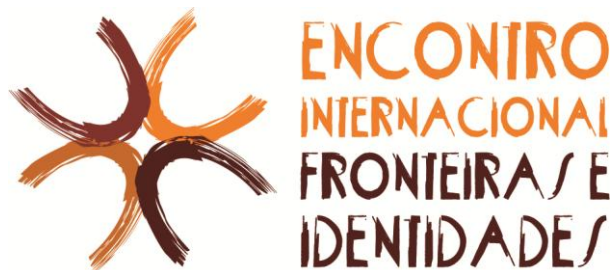
Introdução

Para Benedict Anderson (1985), o jornal possibilita a imaginação de um tempo “homogêneo e vazio”, logo ele não passa de um recorte de diversos elementos da realidade, um tanto subjetivo, tendencioso e trafegando entre o certo e o duvidoso. Também podemos entender os jornais como *representações* da realidade, utilizando do conceito elaborado pelo historiador francês Roger Chartier (2002b).

Essa *representação* é composta por elementos da realidade que ela representa, isso significa que ela só pode ser compreendida se encontrar os “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço decifrado” (CHARTIER, 2002b, p. 17). Dessa forma, as notícias que serão apresentadas em nosso trabalho se baseiam em elementos tangíveis da

¹ Universidade Federal de Pelotas- (Mestrando em História), (FAPERGS). E-mail: everton.otazu@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas- (Mestrando em História), (FAPERGS). E-mail: thicedrez@hotmail.com



realidade do leitor, onde buscam suporte para aderirem mais facilmente ao *imaginário social*³ desses indivíduos.

Porém, buscaremos abordar nesse artigo um episódio no qual a *representação* construída pelo periódico, foi refutada por uma parcela significativa de indivíduos, que procuraram através de uma ação material efetiva, evitar a circulação do mesmo.

Trata-se do jornal *Rio Grande*, da cidade de Rio Grande - RS, e seu posicionamento frente ao governo trabalhista municipal e federal, durante os momentos que antecederam e precederam o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Serão apresentadas as sucessivas notícias publicadas pelo periódico, onde se busca construir uma *representação* oposicionista e pejorativa das gestões mencionadas. No entanto, você leitor, terá a oportunidade de evidenciar uma ação de *resistência*⁴ atípica, do ponto de vista da *luta de representações* (CHARTIER, 2002a, p. 73), pois a disputa ultrapassará o mundo simbólico, se materializando na realidade tangível.

O jornal *Rio Grande* e a oposição aos trabalhistas

O corrente jornal *Rio Grande* foi fundado em 1º de dezembro de 1913 por Augusto Alves. Este meio de comunicação tinha, em sua origem, o objetivo de manter informados os moradores do município com notícias riograndina e das demais regiões (CRUZ, 2003, p. 40-41). Possuía um caráter formador da opinião, principalmente ao manter uma postura política anti-populista, conforme veremos na análise das reportagens.

Ao analisarmos o contexto político do município de Rio Grande no período pré e pós o golpe civil-militar de 1964, observaremos que o eleitorado riograndino possuía maior proximidade dos ideais progressistas. Nas eleições de 1963, por exemplo, um terço dos votos para prefeito se concentraram em Farydo Salomão, em segundo lugar no pleito ficou Carlos

³ Segundo Baczkó (1985, p. 309): “Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referencia no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser”.

⁴ Para Marilena Chauí (1986, p. 63), a “[...] resistência [...] pode ser difusa – na irreverência do humor anônimo percorre as ruas, muros da cidade – quando localizada em ações coletivas e grupais”.



Aveline, pelo PR. Sobre essa questão, o Historiador Edgar Gandra (1999) faz algumas considerações:

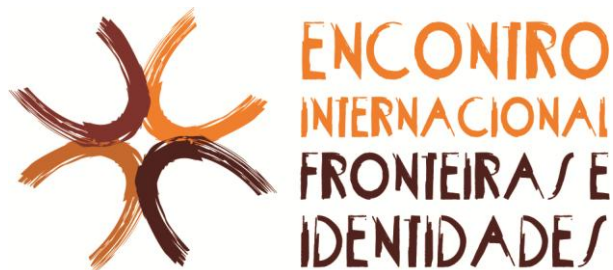
A localidade de Rio Grande era governada, em 1964, por uma coligação entre PTB e o PSB, tendo como prefeito, o trabalhista Farydo Salomão, vinculado ao governo Goulart. E, em nível do Legislativo Municipal, os partidos que apoiavam o governo federal possuíam uma bancada expressiva, ocupando a maioria das cadeiras. Esse apoio ao projeto reformista nacionalista abrangia os vereadores do PSB, do PTB e do PR, identificados como simpáticos ao comunismo. Além desses, vários membros do PSD, na Câmara Municipal, também apoiavam as medidas do governo federal (GANDRA, 1999, p. 84).

Percebemos, ao analisar as matérias do jornal, que desde dezembro de 1963, fortes incursões pejorativas sobre o governo nacional e local. Com isso, o autodenominado periódico apolítico vinha proclamando em seus editoriais que o país passava por problemas sérios nas questões de saúde, habitação, economia, transportes. Enfim, posicionava-se na maioria das vezes contra as ações do prefeito e do então presidente Goulart. Trazendo sempre a ideia de caos e decadência na cidade e no país.

Acompanharemos primeiramente, alguns trechos das matérias publicadas ao longo do último mês de 1963. Este primeiro, em que o escritor do texto não se identificou, relata sua visão sobre as questões de habitação no país e na cidade riograndina. É claramente perceptível a intenção do jornalista em construir um ambiente de caos na habitação devido à má política administrativa de Goulart e do atual prefeito da cidade.

Problema prioritário em nosso País é, sem dúvida alguma, o da habitação. [...] ainda não vimos o aparecimento de nenhuma campanha nacional visando dar um teto digno ao brasileiro, de norte a sul. E o pior é que ao aparecer algum sinal de campanha efetiva logo surgem os pessimistas e os aproveitadores da miséria, criando obstáculos e dificuldades. É o caso da Aliança para o Progresso com seu programa de construção de vilas operárias. Vozes iradas ergueram-se contra as residências construídas pela Aliança. [...] Acreditamos que a solução para esse problema não poderá depender tão somente das autoridades federais mas deverá existir um perfeito entrosamento entre as três esferas administrativas. O Estado do Rio Grande do Sul vem dinamizando a sua Secretaria do Trabalho e Habitação. No Município, tratando desse problema ingente que vem afligindo o povo e servindo como umas das muitas fontes geradoras de insatisfação e ódio (*Rio Grande*, 03/12/ 1963, p. 02).

As acusações pejorativas ao governo de João Goulart seguem sendo publicadas no jornal. Em outra reportagem, é emitida uma opinião sobre a política das relações externas do País com o texto “Marcha para Leste”. O trecho que segue fala das relações do Brasil com a África. Nele a folha reafirma sua postura oposicionista e sugere nas entrelinhas que uma mudança é necessária.



O Sr. João Goulart não teve o bom senso suficiente para incrementar esses contatos e perdeu-se numa trama de implicações domésticas, prejudicando a projeção do Brasil no plano de externo. O nosso presidente se deixou dominar pelos problemas locais e para imperar criou tanta confusão que vive praticamente em função dos golpes e dos contra-golpes. Mesmo assim, algo deveria ser feito em benefício da presença do Brasil na África. Dificilmente poderá ser encontrado um País com tantas possibilidades de imiscuir-se nos assuntos africanos como o nosso. Não possuímos a malsinada tradição imperialista e só isso já seria um aval para as bases de relações desinteressadas e de um intercâmbio promissor. (*Rio Grande*, 04/12/1963, p. 02).

O periódico estava sempre buscando argumentos acusativos dentro de alguns acontecimentos da política nacional. E mais uma vez não foi diferente. Depois do episódio ocorrido no plenário do Senado no dia 04 de dezembro de 1963, onde após uma discussão entre o presidente do Senado Arnon de Mello e o senador Silvestre Péricles, houve disparo de projétil, tendo este, atingindo o senador Kairella no estômago, que logo veio a falecer.

Após a notícia publicada pelo jornal *Rio Grande* no dia 05/12/1963 “Sangue no Senado da República”, no dia seguinte ele emite outra publicação com o título de “Pistoleiros no Senado”, descrevendo o acontecimento como “uma página negra na história do regime representativo em nosso país”. E ainda, “Há de ficar gravado na memória de todos, como nos anais do Congresso e nas páginas dos Jornais.” (*Rio Grande*, 06/12/1963, p. 02). As afirmações feitas pelo jornal permite interpretar a tendência de “bagunça no Senado” e consequentemente a necessidade de uma futura mudança.

Geralmente os textos referentes à política publicados no periódico riograndino acabavam enfatizando que muitas das reformas proposta por João Goulart estavam destruindo o processo democrático brasileiro e sua tradição cristã, e assim, responsabilizando o governo do presidente. Era comum a formulação de críticas com ataques sistemáticos a sua política econômica e aos apoios políticos, principalmente de Miguel Arraes e Leonel Brizola. Esses artigos por vezes vinham assinados, mas em sua maioria não. Nas mensagens, buscavam criar uma noção de que o país estava em decadência e que o perigo comunista assolava a política. Fica claro esta posição nas publicações dos dias 17 e 18 de dezembro de 1963.

No artigo do dia 17 de dezembro intitulado “Reformulação Ministerial”, por exemplo, o autor se posiciona contra a posse de Leonel Brizola na pasta da Fazenda, dizendo que “somente a cegueira completa do Presidente da República ou uma incontestável má fé poderia justificar a derrubada do prof. Carvalho Pinto em benefício à ascensão de um homem tão



vazio de conteúdo econômico, como o Sr. Leonel Brizola” (*Rio Grande*, 17/12/1963, p. 02).

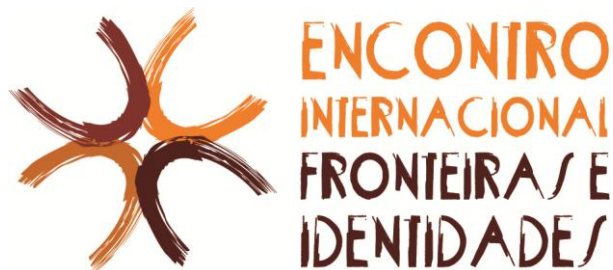
Consumada essa reforma, viríamos:

[...] o Brasil caminhar para total destruição [...] e desencadear uma crise de gravíssimas consequências, com profundas implicações na esfera militar, capaz de derrubar o governo, num golpe branco, ou de conduzir o país a destruição numa luta fratricida. (*Rio Grande*, 17/12/1963, p. 02).

Nesta reportagem, fica claro a sua posição de jornal opositor, ao enquadrar Brizola como “provocador” de um país estadista do tipo “fidelista ou titoista”, com sua ascensão ao cargo indicado pelo presidente. Já no dia posterior a publicação da notícia que falava da reforma ministerial proposta por Jango, circula outra notícia. Sendo esta uma publicação de Samuel Goldmann, em primeira página, alertando a população riograndina do um “vírus vermelho” pleiteando a política e a as entidades sindicais de Rio Grande após a destruição do ramal ferroviário entre Rio Grande e Cassino. Segundo o mesmo:

[...] ninguém, honestamente, tem dúvidas quanto à procedência e direção dos ventos que sopram sobre o Brasil.[...] este vento está contaminando pelo vírus vermelho do despotismo, da angústia e do sofrimento, que fazem da miséria a sua bandeira e da revolução social a sua finalidade. Nossa cidade [**Rio Grande**], como centro fabril e porto marítimo, não ficou livre da contaminação... O micróbio vermelho nela cresce e se multiplica livremente. Não apenas o corpo, mas a mente também foi atingida. A grande parcela dos órgãos representativos classistas, que temos em Rio Grande, acha-se – Consciente ou inconsciente- fazendo o “jogo das esquerdas”, omitindo-se atuar com dinamismo, no sentido de combater o mal, que, celeremente, mina a força e a vontade democrática. [...] as uniões de obreiros acham-se sem forças, contaminadas, inoperantes! [...] O exemplo disto, é que nenhum Sindicato de empregados protestou contra a arrancada dos trilhos, que serviram a cidade e cuja ausência é hoje um atestado eloquente de inoperante força sindical quando tem em sua frente objetivos construtivos. [...] o lamentável de tudo isto, é que vemos formar-se em Rio Grande um Colégio Sindical cuja força destruidora da paz social e continuamente aumentada. Conscientes ou inconscientes, muitas entidades de classe deixaram-se contaminar pela doença... Não demora muito, talvez e uma pútrida e infeta chaga vermelha tomará conta de todo o corpo sindical dos operários de, Rio Grande... Está na hora de agir, antes que o mal cresça! (*Rio Grande*, 18/12/1963, p. 01). Grifo Nosso.

E assim seguem as acusações sobre o governo de João Goulart, trazendo sempre a defesa de uma pátria democrática através de publicações feitas no mês de dezembro como,



por exemplo: “Comparações”⁵; “O dilema”⁶; “a moda da conformação”⁷; “Função (verdadeira) do sindicato”⁸; “Montevideú: um pôrto para o Brasil”⁹.

No dia 14 de janeiro de 1964, é publicada uma reportagem no jornal tratando sobre o “esquerdismo” que governaria o país ainda no mês de janeiro. Além das falas contra o presidente, o mesmo refere-se a:

Brizola e Arraes como agentes diretos das Reformas de Bases só trarão para o Brasil dias de grande agitação e apreensões. O primeiro é extremamente personalista e o que deseja é permanecer na crista dos acontecimentos; o segundo é um homem de formação marxista e, conseqüentemente, um arauto da completa sovietação do Brasil. Esperamos que o presidente tenha, ainda, um pouco de bom senso e não apresse o advento das soluções anormais. (*Rio Grande*, 14/01/1964, p. 02).

O clima na cidade ficaria mais tensionado no mês de março de 1964, o jornal em foco apresenta uma sequência de publicações que demonstram o cenário de preparação do ambiente para o golpe civil-militar de 1964. Nas publicações, geralmente faziam comparações políticas e/ou sociais, objetivando assim, convencer o leitor ao longo de um pequeno texto (geralmente uma ou duas páginas), qual dos setores políticos estava mais correto, ou adequado. Usualmente mantinha posições equivocadas.

Percebe-se tal tentativa, por exemplo, no artigo publicado no dia 04/03/1964 “Em meio a balburdia”¹⁰, que criticava as reformas de base do Governo de João Goulart. Em meio a tantas palavras, cria-se a ideia de que o Brasil estaria se perdendo nessas ações agrárias. Cita, ao longo do texto, a situação ocorrida no Japão derrotado de 1945. Deste modo, o jornal passa a dar indicativas de que um governo militar seria a solução para os problemas no país, tendo em vista que no Japão ocorreu um processo semelhante, na qual o governo militar teria efetuado melhor a distribuição de terras no país.

Segue-se o tom das reportagens mais “agressivas” com algumas manchetes apelativas como a de 09/03/1964 “A classe média vai morar em favelas por obra e graça de Jango”, em outro artigo intitulado “Tolerância Fatal”, de 12/03/1964, são apontados uma série de argumentos que explicavam como a tolerância de João Goulart estava prejudicando e levando o país a desordem. Nela há os seguintes questionamentos:

⁵ Publicado no dia 19/12/1963;

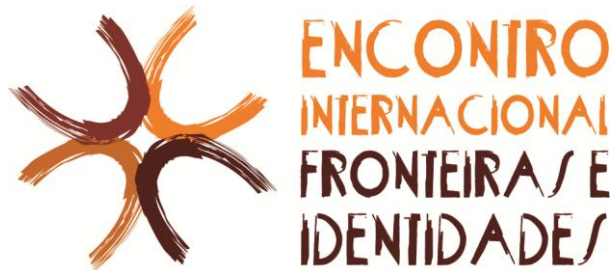
⁶ Publicado no dia 20/12/1963;

⁷ Publicado no dia 21/12/1963;

⁸ Publicado no dia 24/12/1963;

⁹ Publicado no dia 27/12/1963;

¹⁰ *Jornal Rio Grande*, 04/03/1964, p. 02;



Quem não sente que as instituições estão em perigo? Quem não nota que os comunistas estão empurrando para a vanguarda os inocentes úteis do tipo Brizola? Quem não experimenta esse ambiente de intranquilidade que já se infiltrou nos quartéis e comprometeu a homogeneidade de pensamento dos militares? Quem não se impressiona com essas greves criminosas que só agitam determinados setores da vida brasileira, precisamente aqueles onde é maior a pressão dos vermelhos? Quem não fica apreensivo com a política radical de certos auxiliares do dr. João Goulart, comunistas fichados mas que gozam dos privilégios de capacitados e prestigiados assessores. [...] Nós acreditamos nas denúncias do governo do Rio Grande do Sul, acreditamos na denúncia viril e patriótica do deputado Bilac Pinto, acreditamos no teor da carta do prof. Sobral Pinto enviada aos comandantes do I, II e III Exércitos. (*Rio Grande*, 12/03/1964, p. 02).

No desenrolar dos acontecimentos nacionais que encaminhavam ao movimento golpista, o referido jornal continuava a expor suas ideias preparando a opinião pública para a aceitação de um novo governo nacional, tendo nas forças armadas a sua indicação de confiança:

Nós não nos preocupamos com esse pânico. Nós confiamos nas forças armadas, sabemos que os atuais governantes querem minar o Exército, Marinha e a Aeronáutica com o vírus da rebelião. Tranqüiliza se [sic] porem [sic] a Nação pois no Brasil ainda existem Generais e soldadas democratas. (*Rio Grande*, 28/03/1964, p. 02).

Por fim, eclode o Golpe de Estado no dia 31 de março do corrente ano. No dia seguinte, numa quarta-feira 1º de abril de 1964, o periódico publica em primeira página o artigo “Revolução e contra-revolução invocam legalidade”, juntamente com texto de José Coimbra “Anatomia do Comunismo”. Percebe-se na leitura destes dois textos a tentativa de explicar o movimento ocorrido no país, bem como, demonstrar que o “comunismo russo” estava equivocado.

Em Rio Grande, presenciamos algumas ações de resistência contra o Golpe de Estado logo no dia 02 de abril. No porto da urbe, por exemplo, houve paralisação das atividades obreiras. Chegou-se a criar Comitês de resistência ao Golpe de 1964, contando com uma grande adesão dos trabalhadores das docas e da Estiva Portuária. Segundo Edgar Gandra, que trabalhou com os portuários de Rio Grande, de 1959 a 1969, afirma que:

Além da paralisação das suas atividades no porto, outra forma de resistência pelos obreiros das docas foi a adesão de muitos aos comitês de resistência ao Golpe de 1964. Na cidade do Rio Grande, desde o primeiro momento, começaram a circular listas para a inscrição de voluntários para enfrentar os golpistas. No depoimento de Farydo Salomão “[...] quando nós abrimos o voluntariado, muitos companheiros [...] estavam prontos para arrancar daqui para Porto Alegre”. Milhares de trabalhadores rio-grandinos mobilizaram-se em defesa do governo Goulart, chegando a impedir a circulação, em 2 de abril de 1964, do porta-voz dos conservadores comprometidos com o golpe no município, o Jornal Rio Grande. (GANDRA, 1999, p. 88).



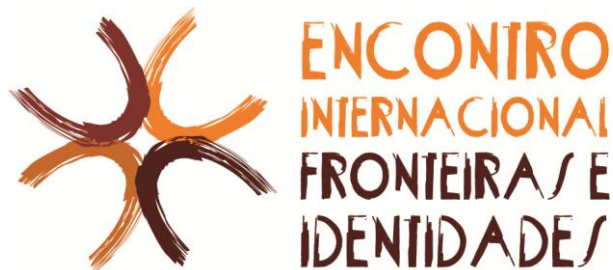
Em resposta ao impedimento da circulação do jornal *Rio Grande* no dia 02 de abril de 1964, é emitido um artigo chamado de “violência Sindical”, na qual:

O jornal Rio Grande não circulou no dia de ontem. E isto porque ainda vivíamos no regime de anarquia e estupidez. Fomos vítimas de uma violência e contra ela protestamos com vigor mas, tranquilos, pois nutrimos a confiança de que o Brasil, nunca mais ficará na dependência de homens complexados, de agentes da anarquia e da vadiagem oficializada. [...] Procurando sustentar o dispositivo brizolista, o espúrio Comando Geral de Greve, em Rio Grande, ontem pela manhã concitou os trabalhadores a deixarem os locais de trabalho em manifestação de solidariedade aquele que havia sido deposto pelas Forças Armadas. [...] Basta de greves política! Basta de anarquistas! (*Rio Grande*, 03/04/1964, p. 01).

Para fazer um contraponto a essas paralisações, o jornal, nesta mesma publicação, traz a manifestação de duas entidades representativas da cidade que estavam de acordo com a implantação de um novo governo. Os diretórios Acadêmicos das Escolas Superiores de Rio Grande declaram que estão “a favor de qualquer ação que vise à ordem, a hierarquia militar e as reformas democráticas de bases”. Já o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Rio Grande, definem sua posição dizendo que “estamos, finalmente ao lado dos que lutam pela democracia, pela integridade da Constituição por um Brasil, enfim, verde amarelo, cristão e democrata. [...] manifestamos a exclusão dos Bancários Riograndinos do rol dos insensatos que pretendem escrever reformas com o sangue do povo” (Jornal Rio Grande, 03/04/1964, p. 01).

No decorrer das ações dos militares no poder, inicia-se uma operação de repressão aos desertores, aqueles que apresentavam perigo ao sistema que foi implantado. Os movimentos reivindicatórios vão sofrer um impacto profundo com a “operação limpeza” complementado pela “operação gaiola”. Tal ação militar, como seu próprio nome indica, busca “limpar a cidade” daquilo que os novos donos do poder consideravam como subversivo e ao mesmo tempo, colocá-los numa gaiola, ou seja, prendê-los para que ficassem longe do novo modelo de sociedade imposto. Em seguida, os meios sindicais da urbe foram invadidos e fechados, assim como suas principais lideranças foram presas e/ou impedidas de seguir comandando suas associações. O prefeito da cidade, Farydo Salomão (PTB), e alguns dos vereadores também foram depostos dias após o golpe.

Sobre a cassação do mandato do prefeito rio-grandino, o Jornal emite uma nota justificando-se no sentido de não ter influenciado e o colaborado para culminação da cassação do cargo de Salomão. Contudo, perceberemos sua aberta posição favorável ao movimento do



dia 31 de março com estas declarações: “[...] todos sabem e sentem que estamos imbuídos do espírito revolucionário. A revolução de 31 de março contou com o nosso apoio integral e nos eclodiu com a finalidade de livrar o Brasil do comunismo e da anarquia” (*Rio Grande*, 28/04/1964, p. 02).

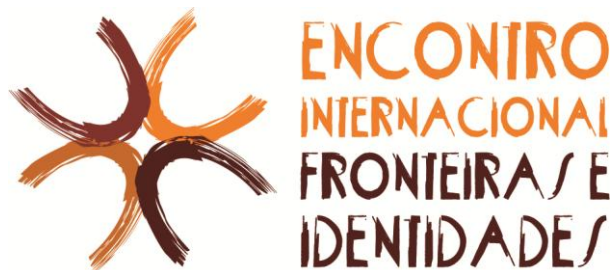
Após a cassação do prefeito, seu vice Álvaro Pereira assume, mas acaba pedindo demissão por motivos de saúde em 23 de maio. No dia 30 foi realizada uma eleição indireta pela câmara para escolher o novo prefeito da cidade. As operações “Limpeza” e “Gaiola” continuaram em ritmo intenso no mês de abril, tanto que inúmeros líderes sindicais e representantes partidários foram presos e levados ao navio hidrográfico Canopus, que serviu como prisão flutuante após o movimento militar. No dia 25 de abril foi publicado pelo jornal um artigo nomeando os presos que foram recolhidos na cidade e levados para Porto Alegre e em seguida para o Rio de Janeiro. E assim, o *Rio Grande* foi noticiando as instituições que foram submetidas a intervenções, como os expurgos, os quais afetavam os trabalhadores de diversas categorias.

Considerações finais

Percebemos, a partir de uma análise crítica das notícias apresentadas, que os jornalistas estavam cientes dos discursos políticos e sociais da época, pois suas opiniões eram expostas nos editoriais. No decorrer da pesquisa, concluímos que as informações noticiadas eram carregadas de um cunho ideológico. E estas, tinham o objetivo de modelar a opinião pública sobre as questões locais e nacionais que se desenrolavam na teia dos acontecimentos históricos.

A mensagem era implícita e explícita, e possuía o enfoque centrado na conotação de um discurso político-partidário contrário ao que estava em vigor. No caso do *Rio Grande*, boa parte da ênfase dada para o público leitor, através de um discurso simples, de linguagem direta e objetiva, na qual a queda de João Goulart se fazia necessário.

Os editoriais eram, sem dúvida, a maneira com o qual os editores expressavam seus pensamentos. Eram dotados de fortes questões ideológicas e salientavam um ponto de vista convicto sobre os acontecimentos políticos e sócias de Rio Grande e do País. De fato, percebe-se que o jornal vai claramente apoiando o governo nas ações de limpeza geral da sociedade, com objetivo de acabar com a agitação trabalhista e o perigo vermelho de comunização do Brasil.



Observamos ao longo do trabalho um esforço do periódico em construir uma *representação* negativa sobre o governo João Goulart. Certamente, essa iniciativa provocou reações distintas entre os leitores. Como exemplo disso, podemos relembrar o episódio no qual os trabalhadores impediram a circulação do jornal, uma forma de *resistência* as *representações* que estavam sendo impostas a eles pelo *Rio Grande*. Esse fato denota a capacidade que a supracitada folha possuía de influenciar o *imaginário coletivo* (BACZKO, 1985) dos leitores e demais habitantes da região. Porém, tratava-se de uma *luta de representações* entre desiguais, cuja a única alternativa foi tentar impedir a circulação do periódico. Por fim, acreditamos que o grande mérito do nosso trabalho seja demonstrar que: não existe uma relação de recepção dócil frente as *representações* construídas, pelo contrário, de tempos em tempos os sujeitos da História se rebelam e procuram resistir a essas imposições.

Fontes consultadas

Jornal *Rio Grande*, de 01/11/1963 a 31/04/1964.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ed Ática, 1985.

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et all. *Anthropos-Homem*. Enciclopédia Einaudi Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002a.

_____. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 2002b.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUZ, Fábio Simone Porta Nova da. *Jornal Rio Grande: Discurso riograndino durante o golpe militar de 1964. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação. Lato Sensu em História, Política e Cultura do RS*. FURG, Rio Grande, 2003.

GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969*. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.